

08

DEPUTADOS, CAPANGAS E O IMPEACHMENT DE UM GOVERNADOR DIPUTADOS, MATONES Y EL JUICIO POLÍTICO DE UN GOBERNADOR

Saulo Oliveira-Moreira¹
E-mail: saulooliveirafelix@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5838-7124>
¹ Universidade Federal da Bahia. Brasil.

Citação sugerida (APA, sétima edição)

Oliveira-Moreira, S. (2025). Deputados, capangas e o impeachment de um governador. *Revista Transdisciplinaria de Estudos Sociais y Tecnológicos*, 5(3), 85-91.

Fecha de presentación: 22/06/2025

Fecha de aceptación: 30/07/2025

Fecha de publicación: 01/09/2025



© 2025; Los autores. Este es un artículo en acceso abierto, distribuido bajo los términos de una licencia Creative Commons que permite el uso, distribución y reproducción en cualquier medio siempre que la obra original sea correctamente citada.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar, a partir de uma perspectiva historiográfica, o impeachment do governador Sebastião Marinho Muniz Falcão ocorrido em 1957, situando-o no contexto das profundas transformações econômicas e políticas no estado de Alagoas, no nordeste do Brasil, durante a década de 1950. A pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa, utilizando fontes historiográficas primárias e secundárias, bem como uma análise crítica de obras acadêmicas relevantes. Entre as fontes consultadas estão os trabalhos de Douglas Apratto Tenório, Golbery Lessa, Anderson Vieira Moura, a obra *Curral da Morte* de Jorge de Oliveira, as contribuições do economista Cícero Péricles de Carvalho e os referenciais teóricos de destacados historiadores como Eric Hobsbawm, Reinhart Koselleck, Carlo Ginzburg e Edward Thompson. A metodologia inclui a análise contextualizada dos processos sociais, políticos e econômicos, buscando compreender os conflitos estruturais de longa duração e as temporalidades históricas desiguais que permeiam o processo de destituição marcado por disputas simbólicas e violência política. Conclui-se que o impeachment refletiu tanto tensões estruturais quanto dinâmicas específicas do tempo histórico, proporcionando uma compreensão aprofundada do período e da região estudada.

Palavras-chave:

Impeachment, clientelismo, modernização política.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar, desde una perspectiva historiográfica, el juicio político (impeachment) del gobernador Sebastião Marinho Muniz Falcão ocurrido en 1957, situándolo en el contexto de las profundas transformaciones económicas y políticas en el estado de Alagoas, noreste de Brasil, durante la década de 1950. La investigación se basa en un enfoque cualitativo, utilizando fuentes historiográficas primarias y secundarias, así como un análisis crítico de obras académicas relevantes. Entre las fuentes consultadas se encuentran los trabajos de Douglas Apratto Tenório, Golbery Lessa, Anderson Vieira Moura, la obra *Curral da Morte* de Jorge de Oliveira, las contribuciones del economista Cícero Péricles de Carvalho y marcos teóricos de destacados historiadores como Eric Hobsbawm, Reinhart Koselleck, Carlo Ginzburg y Edward Thompson. La metodología incluye el análisis contextualizado de procesos sociales, políticos y económicos, buscando comprender los conflictos estructurales de larga duración y las temporalidades históricas desiguales que subyacen en el proceso de destitución marcado por disputas simbólicas y violencia política. Se concluye que el impeachment reflejó tanto tensiones estructurales como dinámicas específicas de tiempo histórico, aportando una comprensión profunda del periodo y la región estudiada.

Palabras clave:

Juicio político, clientelismo, modernización política.

INTRODUÇÃO

O impeachment de Muniz Falcão, consumado em setembro de 1957, constitui um dos episódios mais significativos da história política alagoana na segunda metade do século XX. Muito além de uma mera destituição administrativa, o processo revelou a profunda contradição entre os projetos de modernização do aparelho estatal e a permanência de estruturas oligárquicas que dominavam a economia e a sociedade locais. Além disso, precisaremos levar em consideração a maneira caricaturesca como essa votação de impedimento ocorreu, com tiroteio entre Deputados Estaduais dentro do salão nobre da Assembleia ou, resumindo nas palavras do Jornalista Márcio Moreira Alves, que cobriu o evento: “Eu era bobo e vinha do Sul. Achava que os Deputados em Alagoas primeiro debatiam, discutiam, trocavam xingamentos, depois é que atiravam” (Dines et al., 2000).

O processo de impedimento de Muniz Falcão, em nosso entendimento, precisa ser compreendido em três momentos fundamentais: 1. A situação geral da economia alagoana da época 2. A forma como o então delegado do trabalho entrou na política 3. Os episódios de violência vinculados a votação de impedimento. Além desses pontos, é necessário explorarmos alguns conceitos dentro do contexto temporal trabalhado, sobretudo a ideia de avanço ou contestação que se quer encaixar sobre o perfil político de Muniz Falcão e muito repetida por alguns pesquisadores do período, notadamente Tenório & Lessa (2013), em produções como *O ciclo do algodão e as vilas operárias* e *A tragédia do populismo*. Esse debate, sobre um suposto governo arrojado e visionário, sempre esbarra numa noção de modernidade, em um significado aparentemente abstrato sobre o conceito, por vezes apresentado de forma superficial ou generalista, como se aqueles que estivessem a examinar o que se descreve já fossem familiarizados com a ideia que se quer transmitir. Nas palavras de Koselleck (2006): Sempre existe uma dupla diferença: a diferença entre uma história em curso e sua possível tradução linguística, e a diferença entre uma história que já passou e sua reprodução por meio da linguagem. Determinar estas diferenças é também uma produção linguística, que é parte integrante da atividade do historiador. (p.14)

Direta ou indiretamente essa noção de um governante “corajoso” e inovador, pode ensejar uma visão de um mandatário enfrentando tudo e todos, contra uma ordem estabelecida e procurando subverter lógicas e processos retrógrados. Em que pese muita verdade sobre isso, também há uma boa dose de “expectativas aumentadas” que podem embaralhar algumas compreensões sobre os episódios analisados. Hobsbawm (2013), nos diz que “quando a mudança social acelera ou transforma a

sociedade para além de um certo ponto, o passado deve cessar de ser o padrão do presente, e pode, no máximo, tornar-se modelo para o mesmo” (p.15).

Isso pode nos ajudar com algumas compreensões sobre a segunda metade do século XX em Alagoas, procuraremos enxergar até que ponto certas novidades “modernizadoras” influenciaram o Governo de Muniz Falcão e seu consequente afastamento, será possível enxergar uma engrenagem social avançada no período? Com o objetivo de aprofundar o segundo tópico, das propostas administrativas do futuro governador impedido, recorreremos a Tenório (2013); e Vieira (2017), que, em suas pesquisas, nos mostram aspectos da trajetória eleitoral de Muniz Falcão, alguns antecedentes interessantes sobre a caminhada do político até sua eleição e os arranjos que se formaram em polo oposto para disputar o pleito de 1955. Nesses estudos, nos interessa o quadro do período, o contexto político da época e os personagens que se apresentaram à disputa, com suas respectivas bases.

Além disso, para o segundo ponto de análise estabelecido, olharemos de forma muito sucinta o cenário da classe trabalhadora alagoana, sobretudo vinculada a formação de uma indústria têxtil na capital do estado e suas diferenças genéricas com o grande grupo de trabalhadores do setor canavieiro. A esse respeito nos será de grande valia o que Edward Thompson escreveu em sua formação da classe operária inglesa e, também, o artigo de Alexandre Fortes chamado *O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações*.

Por fim, outra questão que norteará nossa escrita diz respeito ao que Ginzburg (1989) chama de “fio”, os elementos autorizadores que nos indicam a possibilidade do “rastros”, trilha sobre a qual os pesquisadores caminharão com suas observações, supondo diferenciar o verdadeiro do falso sobre determinada narrativa. Quanto a isso, o trabalho de Albuquerque (2009), a invenção do Nordeste e outras artes, nos será de grande valia, pois pretendemos, ainda que de forma muito resumida, traçar um paralelo entre o imaginário representativo construído sobre o Nordeste e os fios, fictícios ou não, do perfil comportamental do homem nordestino em suas resoluções de conflito. Este trabalho, em nossa compreensão, terá alcançado algum êxito se conseguir expor os fatores que ensejaram o impeachment, evidenciar as propostas administrativas que tensionaram a relação do governador com a Assembleia Legislativa, mostrar as características da economia açucareira em crise e as dinâmicas de violência política e simbólica que marcaram o período.

Claro, aquí tienes la sección de materiales y métodos traducida al portugués, adaptada para un artículo académico:

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida mediante uma abordagem qualitativa de caráter historiográfico, fundamentada na análise documental de fontes primárias e secundárias relacionadas ao processo de impeachment do governador Sebastião Marinho Muniz Falcão em 1957. Entre os materiais utilizados estavam documentos oficiais, produções acadêmicas anteriores e obras especializadas de historiadores renomados, bem como textos econômicos e referenciais teóricos relevantes. A seleção das fontes seguiu critérios de pertinência e representatividade, com atenção especial aos estudos de Tenório (2013); Tenório & Lessa (2013); Vieira (2017), e, entre outros, o livro *Curral da Morte* de Oliveira (2007). A metodologia aplicada consistiu na análise contextualizada dos processos sociais, políticos e econômicos da região de Alagoas na década de 1950, por meio de técnicas hermenêuticas para identificar as dinâmicas subjacentes e as temporalidades históricas desiguais que influenciaram o julgamento político. Esta abordagem permitiu interpretar os conflitos estruturais e as expressões simbólicas da violência política no contexto estudado.

DESENVOLVIMENTO

A economia alagoana apresentava características de transição estrutural profundamente contraditória. Conforme observa De Carvalho (2015), em sua Formação histórica de Alagoas, o setor açucareiro mantinha posição dominante na arrecadação estadual, embora sua produtividade estivesse em declínio, resultado da obsolescência tecnológica, da concentração fundiária e da ausência de investimentos estruturais. Em que pese tais dificuldades ao setor, a soma da concentração de terra com o atraso da tecnologia agrária local, sobretudo em seus métodos de colheita, resulta em estrangulamento da classe trabalhadora, uma vez que passa a ser explorada com mais assiduidade, pois o setor canavieiro precisa compensar a produtividade em comparação a regiões que buscavam alguma mecanização. Nesse contexto, as usinas, organizadas em torno de uma elite patrimonialista, exerciam forte influência política e econômica no cotidiano do povo alagoano, principalmente por oferecerem as parcas vagas de trabalho, em sua maioria, vagas temporárias.

A crise do setor açucareiro agravava-se pela expansão demográfica urbana, que não foi acompanhada pela industrialização ou por políticas públicas efetivas de absorção da mão de obra. Como destaca De Carvalho (2015), o quadro era de dependência fiscal crônica do governo estadual em relação às transferências federais (De Carvalho, 2015). Essa situação nos oferece uma ponte para a perspectiva de Hobsbawm (2001, 2013), sobre a permanência de zonas de atraso em economias nacionais que vivenciam simultaneamente processos de modernização e estagnação. O cenário nacional dos anos 1950,

principalmente a segunda metade da década, foi marcado por uma profunda campanha de industrialização, com muito capital externo e forte propaganda pública. Em Alagoas, as desigualdades de renda e a concentração de poder econômico reproduziam um modelo de dominação oligárquica que se fortalecia com a equação latifúndio, mão de obra vilipendiada e concentração de renda. Quase como um projeto de governo, não havia espaços para promover qualquer outra natureza econômica que fugisse do controle direto dessa elite sobre a massa trabalhadora e sua consequente subserviência em busca da sobrevivência pelo básico. Ao tempo que essa elite dominava o setor produtivo, também controlava a direção do estado em suas várias instâncias.

Um vento diferente começou a soprar com o fortalecimento da cultura algodoeira e uma embrionária indústria têxtil na capital. Por mais que o território alagoano tenha tido experiência permanente com essa produção, no mínimo desde o século XVIII, e tenha experimentado uma empolgante aventura sertaneja com Delmiro Gouveia e sua fábrica de linhas na transição entre os séculos XIX e XX, foi nos anos de 1950 que o algodão começou a mostrar do que era capaz em matéria de “agitação social,” sobretudo pela formação de uma classe trabalhadora urbana na capital. Conforme podemos observar em O ciclo do algodão e as vilas operárias: os votos dos operários têxteis foram decisivos nas vitórias eleitorais de Silvestre Péricles, Arnon de Mello e Muniz Falcão Tenório & Lessa (2013), e ainda, no estudo de Helder Silva de Melo (2014, como se citou em) no início do século XX, metade do capital disponível em Alagoas estava aplicada nas indústrias têxteis, sendo que o mundo criado pelas indústrias têxteis era significativamente distinto do universo da produção canavieira, tendo aquele um papel modernizador. Há, portanto, segundo os estudos do período, uma clara diferenciação entre o trabalhador dos canaviais e o operário da indústria têxtil. Enquanto o primeiro está vinculado ao proprietário da terra, dependente da safra, vulnerabilizado pelo trabalho temporário e morando aos arredores dos canaviais, afastado dos centros urbanos, o segundo encontra-se numa situação de certa “estabilidade” no trabalho, com salário regular, morando em vilas urbanas, amparado por alguma legislação trabalhista e tendo a possibilidade de se agrupar politicamente.

Embora, a fim de evitar maior displicência, seja necessário agrupar por um momento nesta análise os trabalhadores do canavial com aqueles do algodão e outros que não estão contemplados nessas atividades, sob a incisiva, pesada e substancial palavra classe. Nas palavras de Thompson (2017, como se citou em Salazar & Cuaspid, 2020): A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam as identidades de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos

os interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. (p.114)

E ainda

Se detemos a história num determinado ponto, não há classe, mas apenas uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, essa é sua única definição (Salazar & Cuaspu, 2020).

Sendo assim, feitas as devidas observações que não desagreguem o conceito de classe trabalhadora, consideraremos a rápida análise dos trabalhadores têxteis e sua articulação para eleição de Muniz Falcão, como forma de mostrar um cenário de maior politização partidária e vivência temática dentro desse grupo, além da tecitura de alianças para o pleito estadual que formulou uma espécie de frente popular, articulando partidos mais à esquerda, que certamente compunham vivência com o operariado analisado. Vale aqui mencionar, ligeiramente, uma característica salutar nesse distanciamento entre trabalhadores do canavial e do algodão, que é a configuração dos seus espaços de moradia e trânsito, isso demarca muito do acesso, inclusive para formação, de grupos externos ao trabalho. Ao passo que aqueles que convivem na área urbana podem vivenciar alguma atividade noturna e estão mais acessíveis a seus locais de produção, os “bóias-frias” estão em longínquas fazendas, espalhados sob o sol ou a chuva e a noite se recolhem em barracões ou casarios dentro da estrutura da própria usina ou engenho, certamente vigiados.

Já podemos imaginar as consequências políticas advindas desse cenário. Evidente que essa demarcação econômica não leva em consideração outras nuances produtivas do Estado, que começava a apresentar uma configuração distinta, principalmente na região Agreste, onde se destacavam as lavouras familiares e alguns latifúndios fumageiros que empregavam mão de obra durante a safra e, posteriormente, em muitos casos, firmavam acordos de moradia. No entanto, esse registro fica a título de informação, ou mesmo como uma nota que evidencie o não esquecimento dessas nuances, que não serão objeto do que centralmente nos interessa nessa breve reflexão sobre o governo de Muniz Falcão e seu impedimento. Sendo assim, o que pretendemos evidenciar nesse recorte é o esboço geral da situação econômica de Alagoas no período apontado. De um lado, o decadente complexo canavieiro, dominado pelos agentes políticos que formarão as castas estatais e, também, por isso relutante em reconhecer novas configurações e

possibilidades econômicas. Na outra ponta, a formação de uma classe trabalhadora desvinculada do primeiro quadro, agrupada e em formação política. No centro dessa resenha, um jovem advogado, forasteiro e prestes a ser eleito Governador de Alagoas.

Um governador sem usina

Sebastião Marinho Muniz Falcão, era sertanejo de Pernambuco. Coursou Direito no Recife e em Maceió, onde acabou permanecendo como Delegado Regional do Trabalho. Essa função fez com que Falcão pudesse tramitar com muita facilidade entre os trabalhadores alagoanos, em suas mais diversas atividades. No momento em que o Estado de Alagoas experimentava alguma noção de industrialização, através do setor têxtil, a função como Delegado do Trabalho dava ao indivíduo uma entrada bastante significativa nas discussões e questões políticas da classe trabalhadora. Não que as ações da função evitassem o contato com outros trabalhadores de setores diferentes, mas o setor têxtil se apresentava como o mais proeminente e politicamente organizado.

Do outro lado, os trabalhadores vulnerabilizados por um ordenamento latifundiário, sem garantias empregatícias, tinham no Delegado do Trabalho algum referencial de fiscalização em defesa dessa mão de obra. Era possível, portanto, ser um elo entre as questões políticas dos trabalhadores mais organizados e a necessidade de representação de suas pautas e, ao mesmo tempo, cuidador e garantidor da aplicabilidade legislativa que amparasse o trabalhador mais frágil. Talvez não seja exagero imaginar que, por ocupar este cargo, Muniz Falcão tenha atingido certo grau de admiração por alguns trabalhadores do campo, ou mesmo de garantias representativas para a classe urbana do trabalho.

A sequência de governadores em Alagoas, desde suas primeiras eleições, obedeceu um padrão de alinhamento dos eleitos com o setor canavieiro. Quando não eram donos de usina ou engenho, possuíam vastas propriedades para fornecimento da matéria prima e mesmo que algum eventual candidato não estivesse nesse escopo, só chegava ao Palácio Floriano Peixoto se alinhasse algum entendimento com a elite açucareira. Isso muda com a chegada de Muniz Falcão, eleito Deputado Federal em 1950 passou a aprofundar suas relações com as organizações trabalhistas e com as camadas mais populares do Estado, reeleito com expressiva votação em 1954, preparou-se para o cenário da disputa ao Governo do Estado em 1955. O quadro apresentado mostrava indefinição, os dois últimos governadores, Silvestre Pércles e Arnon de Mello, embora seguidores da mesma “cartilha açucareira”, eram opositores ferrenhos e desejavam indicar seus favoritos para a disputa de 1955, o que dificultou a unidade entre a elite. Com a impossibilidade de maiores aprofundamentos desse contexto, dado o escopo

definido para essa reflexão, Muniz Falcão soube articular o que muitos estudiosos do período chamam de “frente popular alagoana”, por agregar a simpatia do PCB e os recém criados partidos trabalhistas, como o PSP e PST. O ex Delegado Regional do Trabalho, foi eleito com uma diferença superior a 7.000 votos só na Capital do Estado.

Ao assumir o governo, Muniz Falcão buscou imprimir um perfil reformista que, segundo Tenório & Lessa (2013), combinava preocupações moralizadoras com medidas administrativas orientadas ao desenvolvimento social. Entre suas principais propostas, destacaram-se: a criação da Faculdade de Ciências Econômicas; o estabelecimento de programas de saúde pública e alfabetização; a ampliação da infraestrutura viária e de abastecimento e a instituição de uma taxa de 2% sobre a produção de açúcar, álcool, tecidos e arroz, destinada ao financiamento de políticas sociais. Essa medida, sobretudo, gerou forte reação dos grandes proprietários rurais e usineiros, cuja representação política na Assembleia Legislativa se articulou para obstruir sua implementação. Vale destacar que Muniz foi eleito sem base entre os Deputados, uma olhada rápida na casa de Tavares Bastos nos mostra uma esmagadora maioria de usineiros ou apadrinhados. De Oliveira (2007) sustenta que a proposta de Falcão foi interpretada como uma ameaça direta ao poder econômico dos grupos tradicionais. Ao tensionar essa relação, o governo viu-se isolado politicamente.

Entender esse cenário de resistência das elites, no que diz respeito à dificuldade de enxergar qualquer avanço social como algo aceitável, pode ser debatida em algumas perspectivas teóricas, vejamos a seguir alguns exemplos. A politização de uma sociedade consiste na existência de uma autoridade (princípio mediador) exterior à comunidade de base. Quando a integração social (ou sociopolítica) é bem sucedida, a politização pública aumenta; pelo contrário, quando a sociedade se desintegra, aparece a privatização da política, e a politização pública se enfraquece (Cardoso, 2012).

Cardoso (2012) nos oferece aqui uma primeira possibilidade para compreensão dessa “resistência canavieira” frente a perda de uma dimensão do poder político. “A privatização da política”, derivada do enfraquecimento ou nulidade da organização social política, conferiu à elite agrária alagoana, certo predomínio na condução do Estado. No entanto, é curioso compreender que o passo dado em direção a incipiente industrialização algodoeira, favorecendo em primeiro momento as mesmas elites latifundiárias que “diversificaram” sua cultura de plantio, gerou como consequência, também, maior agregação trabalhadora e alguma organização de classe, a respeito desse fenômeno Reinhart Koselleck, desenvolve os conceitos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas”, vejamos: Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de

comportamento, que não estão mais, que não precisam estar mais presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é preservada uma experiência alheia (Koselleck, 2006).

Ou seja, em Alagoas, o projeto reformista se confrontou com estruturas de poder forjadas em temporalidades anteriores, além de uma dificuldade absurda, provavelmente derivada desse histórico, em aceitar que o espaço público, sempre locupletado pelo mesmo perfil, não lhe “pertence” mais. Quanto a isso, podemos lembrar ainda de Sérgio Buarque de Holanda, em sua conhecida teoria do homem cordial, movido pelas paixões e emocionalmente influenciado em suas atitudes. Não deixando que essa posição turve a visão sobre uma elite que racionalmente e tecnicamente constrói um aparelho estatal a seu favor.

O tiroteio na Assembleia

A compreensão da violência política que marcou o processo de impeachment de Muniz Falcão também pode ser ampliada mediante a análise da cultura política nordestina, frequentemente atravessada por representações simbólicas de virilidade, força e justiça pelas próprias mãos. Conforme indica Albuquerque (2009), o Nordeste brasileiro construiu, ao longo do século XX, um imaginário marcado pela polarização entre civilização e atraso, ordem e violência, autoridade e banditismo. Essa representação, sustentada por narrativas literárias, discursos políticos e práticas institucionais, contribuiu para legitimar a permanência de relações de poder patrimonialistas e a naturalização da violência como elemento constitutivo da política regional.

Os vários episódios de assassinatos, com conotação política, ocorridos em Alagoas desde que o território foi emancipado da Província Pernambucana, passaram a ser tônica constante das disputas eleitorais no estado. Contudo, a partir do mandato de Muniz Falcão, houve uma clara articulação de alguns Deputados Estaduais para associar todo e qualquer tipo de crime com arma de fogo ao Executivo Estadual, seja por críticas ferrenhas na tribuna quanto a insegurança pública e a suposta leniência do governador ou mesmo associando episódios de pistolagem ao próprio Muniz, como o assassinato do Deputado Estadual Marques da Silva, ocorrido em Arapiraca no ano de 1957. A oposição ao governador, sustentava que os poucos aliados de Muniz na Assembleia tinham interesse no assassinato do deputado arapiraquense e que o chefe do executivo trabalhava para frear a situação. Muitos analistas do período veem esse episódio como o ponto de partida para a votação do impedimento, teria sido o fator de argumentação da Assembleia sobre o clima de instabilidade política do Estado que precisaria ser revertido com o afastamento do governador.

A votação do impedimento foi precedida por uma semana tensa, Deputados arregimentando capangas para o dia da votação, organizando armas e munição. Um cenário de preparação para um conflito armado que, de fato, viria a acontecer. O sogro do governador, Deputado Humberto Mendes, havia vociferado em diversas ocasiões que não permitiria o início da sessão e que se fosse preciso, “resolveria na bala.” Toda essa animosidade criou um cenário de guerra em volta da Assembléia, com barricadas controladas pelo exército, sacos de areia e afastamento de manifestantes do entorno. Não deu outra, com o início da Sessão também começou o tiroteio, conforme aponta De Oliveira (2007) “por cerca de 40 minutos os deputados trocaram balas, vitimando fatalmente Humberto Mendes, sogro do Governador.”

CONCLUSÃO

Tal perspectiva permite compreender que o impeachment de Muniz Falcão não se restringiu ao campo jurídico ou administrativo, mas se inseriu em um universo de significados históricos no qual a violência e o personalismo político desempenhavam funções estruturantes na reprodução da ordem oligárquica. Essa leitura aproxima-se também das reflexões de Ginzburg (1989), sobre as micro-histórias que evidenciam padrões de sociabilidade e de resistência inscritos nas práticas cotidianas de grupos subalternos e elites locais.

O processo de impeachment iniciou-se em agosto de 1957, a partir de denúncias de apropriação de verbas públicas e abuso de poder. Segundo fontes jornalísticas, uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instituída para apurar os fatos. Conforme Tenório (2013), o avanço do processo não pode ser interpretado apenas como reação moralizadora. De um lado, havia a fragilidade política da base governista; de outro, a instrumentalização das denúncias pelos setores interessados em restaurar privilégios. O ponto culminante ocorreu em 13 de setembro de 1957, com o tiroteio na Assembleia Legislativa, que resultou na morte do deputado Humberto Mendes. O episódio revelou como a violência simbólica converteu-se em violência física na reconfiguração das relações de poder. Essa dimensão aproxima-se da análise de Rafael (1999) sobre violência política como mecanismo de regulação de disputas oligárquicas.

O exposto pode ser compreendido como um breve resumo de uma tragédia em várias dimensões. Política, Institucional, Republicana, Econômica, etc. A grande questão a ser analisada em todo esse cenário é como o setor econômico, saudosos de privilégios públicos, articula-se para reaver espaços que estavam a seu serviço, mesmo que para isso precise impor violência física. Em outro ângulo podemos dizer que a cultura demonstrada nos estudos de Albuquerque (2009), sobre a caracterização do nordeste, reforça qualquer tipo de atividade

responsiva, mesmo que para homens que ocupam cargos públicos e deveriam, em tese, adotar outra postura. Muniz Falcão recorreu da decisão em corte superior e voltou no ano seguinte para concluir seu mandato. Em seguida, foi eleito novamente para o cargo de Deputado Federal e, mais uma vez, em 1965 para o Governo do Estado, porém, impedido de assumir pela Assembleia Legislativa que não lhe deu posse, morreu em 1966.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque Júnior, D. M. (2009). *A invenção do Nordeste e outras artes* (3ª ed.). Cortez.
- Cardoso, C. (2012). *Como enxergo minha trajetória em linhas gerais*. Niterói (mimeo).
- De Carvalho, C. P. (2015). *Formação histórica de Alagoas* (1ª ed.). EDUFAL.
- De Oliveira, J. (2007). *Curral da Morte*. Record.
- Dines, A., Fernandes Júnior, F., & Salomão, N. (Eds.). (2000). *Histórias do poder: Ecos do Parlamento* (1ª ed.). Editora 34.
- Ginzburg, C. (1989). *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Companhia das Letras.
- Hobsbawm, E. (2001). *Bandidos*. Companhia das Letras.
- Hobsbawm, E. (2013). *Sobre História*. Companhia das Letras.
- Koselleck, R. (2006). *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Editora Unesp.
- Rafael, A. (1999). Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro. *Mana*, 5(2), 177-180. <https://doi.org/10.1590/S0104-93131999000200008>
- Salazar Silva, F., & Cuaspid Cáliz, A. L. (2020). Las categorías históricas de E. P. Thompson. *Cuadernos de Filosofía Latinoamericana*, 41(122), 111-128. DOI: <https://doi.org/10.15332/25005375/4524>
- Tenório, D. A. (2013). *A tragédia do populismo*. Maceió. Edufal.
- Tenório, D. A., & Lessa, G. L. (2013). *O ciclo do algodão e as vilas operárias*. EDUFAL.
- Vieira Moura, A. (2017). *Trabalhadores, populismo e comunistas: os operários têxteis de Maceió/AL durante o governo Muniz Falcão (1956-1961)* [Tesis doctoral, Universidade Estadual De Campinas]. _